

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS - 2020

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores e Senhoras Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, muito nos honra submeter à apreciação de Vossas Senhorias, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, assim como destacar os fatos que marcaram e que tiveram efeito na Companhia neste período.

O ano de 2020 foi marcado por uma crise sanitária e econômica sem precedentes na história recente. A pandemia do novo coronavírus atingiu a humanidade de forma extrema, impactando países, empresas e a sociedade como um todo.

Medidas de isolamento social (que incluíram o fechamento do comércio, a interrupção da produção industrial e o fechamento de fronteiras), foram adotadas globalmente, como alternativa para conter o avanço do vírus, paralisando as atividades econômicas no mundo todo, causando efeitos na produção industrial, no comércio, no emprego e na renda.

Houve um choque simultâneo de oferta, por meio da quebra de cadeias globais de produção e de demanda, com as famílias parando de consumir ou comprando menos, quer seja por queda da renda ou por medo de recessão. O que impactou no desempenho operacional da Companhia, como pode ser observado nos quadros abaixo, especificamente no fornecimento de energia elétrica.

Desempenho Operacional - Mercado Consumidor:

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	27.532	27.949	28.336	29.739	29.541
Comercial	3.026	3.047	3.104	3.194	3.297
Industrial	89	84	82	73	70
Rural	4.500	4.611	4.709	3.851	4.692
Poderes Públicos	421	451	447	453	468
Iluminação Pública	31	31	33	31	31
Serviço Público	66	66	69	65	65
Consumo próprio	11	11	11	11	11
Total	35.676	36.250	36.791	37.417	38.175
Varição	2,06%	1,61%	1,49%	1,70%	2,02%

Mercado atendido	2016	2017	2018	2019	2020
Fornecimento - MWh	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Residencial	43.324	45.078	46.220	49.065	52.251
Comercial	20.447	21.289	22.060	23.510	23.418
Industrial	13.440	14.183	16.212	15.871	11.501
Rural	18.208	16.820	18.171	19.736	21.287
Poderes públicos	5.618	5.851	5.892	6.037	4.627
Iluminação pública	9.518	8.895	7.499	5.771	5.327
Serviço público	4.662	4.583	4.578	4.642	4.962
Consumo próprio	224	207	192	197	186
Total – Mercado cativo	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Varição	0,96%	1,27%	3,35%	3,31%	-1,02%
Clientes livres	-	-	-	2.248	6.867

Balço Energético – Energia requerida - MWh	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de energia	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Fornecimento	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Mercado atendido	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Perdas na distribuição	15.997	16.896	14.760	16.214	12.986
Perdas técnicas	14.961	12.956	13.130	13.817	12.986
Perdas não técnicas-PNT	1.036	3.939	1.640	2.396	0
PNT/Energia requerida - %	0,79%	2,94%	1,21%	1,70%	0%
Perdas totais - PT	15.997	16.896	14.769	16.214	12.986
PT/Energia requerida %	12,17%	12,63%	10,89%	11,50%	9,51%
Total	131.438	133.803	135.594	141.043	136.545

Diante deste cenário desafiador, respondemos rapidamente para nos adaptarmos ao contexto gerado pela Covid-19, priorizando a saúde e a integridade dos nossos colaboradores, e conseguimos cumprir com êxito nossa missão de fornecer energia elétrica à população, seguindo os protocolos de saúde e com um forte compromisso na área de sustentabilidade.

O índice de perdas em 2020 foi de 9,51%, melhor índice da história da Companhia – (2019 - 11,50%).

O Índice de Duração Equivalente por Consumidor – DEC foi de **8,80** horas e o Índice de Frequência Equivalente por Consumidor – FEC foi **8,45** vezes, são os melhores resultados da história da Companhia.

Em 2020 os investimentos foram na ordem de R\$ 5,24 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros.

Os processos de coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos da distribuição de energia elétrica, de tratamento de reclamações de consumidores de energia elétrica, de coleta de dados e apuração dos padrões de atendimento comercial e de aferição de medidores e avaliação técnica dos equipamentos de medição continuaram certificados conforme a norma da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9001, versão 2015.

A CHESP apoiou por meio da Lei de Incentivo à Cultura e Lei que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), os Projetos: “**Invenções Dramatúrgicas II - Núcleo de Dramaturgia Novo Ato**”, projeto de pesquisa e criação dramatúrgica de um livro com dois monólogos, uma minissérie, um roteiro de cinema dividido em três partes e uma peça de teatro; e “**Dodance – Mostra Cultural de Dança**”, de Rialma/GO, projeto com o objetivo de produzir trabalhos de arte utilizando a dança como sua fonte de referência.

Em uma parceria com a ABRADEMP, a CSP G&T e a ENGESP, a CHESP distribuiu, voluntariamente, kits de proteção contra a COVID-19, máscaras e sabonetes à parte da população mais necessitada.

Agradecimentos:

Aos nossos acionistas, consumidores, fornecedores, agradecemos mais uma vez a confiança. Aos nossos colaboradores, agradecemos por se dedicarem imensamente a uma atividade essencial para todos - a distribuição de energia elétrica.

Em 2021, continuaremos focados na geração de valor para todos os acionistas, sempre atuando de forma sustentável, agregando valor para todos os fornecedores, comunidades onde atuamos e principalmente todos consumidores e colaboradores.

Ceres, 31 de dezembro de 2020.

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

BALANÇO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

BALANÇO SOCIAL:						
1 - BASE DE CÁLCULO		2020			2019	
1.1 - Receita Líquida (RL)		62.658			60.936	
1.2 - Resultado Operacional (RO)		6.193			8.838	
1.3 - Folha de Pagamento Bruta (FPB)		5.802			5.661	
		2020			2019	
	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL	Valor	% Sobre F P B	% Sobre RL
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
2.1 - Alimentação	1.015	17,49%	1,62%	1.044	18,44%	1,71%
2.2 - Saúde	189	3,26%	0,30%	199	3,52%	0,33%
2.3 - Educação	20	0,34%	0,03%	43	0,76%	0,07%
2.4 - Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados	211	3,64%	0,34%	320	5,65%	0,53%
2.5 - Gratificação de Férias	171	2,95%	0,27%	174	3,07%	0,29%
2.6 - Outros Benefícios	122	2,10%	0,19%	111	1,96%	0,18%
	1.728	29,78%	2,76%	1.891	33,40%	3,10%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% sobre RO	RL	% sobre RO	RL	
3.1 - Tributos	27.596	445,60%	44,04%	32.006	362,14%	52,52%
	27.596	445,60%	44,04%	32.006	362,14%	52,52%
4 - CORPO FUNCIONAL		2020			2019	
4.1 - Nº Empregados ao Final do exercício		122			123	
4.2 - Escolaridade dos empregados:						
Superior com extensão universitária		36			37	
Ensino Médio		80			77	
Ensino Fundamental		3			5	
Outros		3			4	
4.3 - Faixa etária dos empregados:						
Abaixo de 30 anos		24			23	
de 30 até 45 anos		61			65	
acima de 45 anos		37			35	
4.4 - Nº Admissões durante o exercício		12			5	
4.5 - Nº de mulheres que trabalham na empresa		25			22	
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total mulheres)		8,0			9,1	
% Cargos gerenciais ocupados por mulheres (total gerentes)		12,5			12,5	
4.6 - Nº de negros que trabalham na empresa		3,0			4	
4.7 - Aposentadoria		5			1	
4.8 - Portadores de deficiência física		3			3	
4.9 - Dependentes dos empregados		237			154	
4.10 - Estagiários		1			1	
4.11 - Relação entre a maior e menor remuneração		8,26			12,1	
4.12 - Acidente de Trabalho sem afastamento		0			1	
4.13 - Acidente de Trabalho com afastamento		3			1	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva a à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Valor adicionado total a distribuir (em reais mil):	52.584			60.951		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	75,66% governo	15,28% colaboradores	4,08% acionistas	76,74% governo	13,20% colaboradores	2,78% acionistas
	1,42% terceiros		3,57% retidos	1,46% terceiros		5,82% retidos

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

ATIVO

	Nota	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.791	7.472
Consumidores	5	11.251	11.503
Concessionárias e permissionárias	6	78	55
Depósitos judiciais e cauções	7	1.035	0
Ativos financeiros setoriais	8	1.572	3.667
Tributos compensáveis	9	974	467
Parcelamentos com órgãos públicos	10	919	1.372
Parcelamento com consumidores	11	252	160
Serviços em curso	12	2.342	1.717
Outros ativos circulantes	13	655	477
Almoxarifado operacional		512	434
Despesas pagas antecipadamente	14	97	80
Total do Ativo Circulante		34.479	27.406
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos compensáveis	9	555	515
Cauções e depósitos vinculados		78	1.079
Parcelamento com órgãos públicos	10	83	203
Parcelamento com consumidores	11	350	442
Adiantamento incentivos fiscais		12	12
Outros ativos não circulantes	15	1.668	1.668
Bens e direitos para uso futuro		1	1
		2.746	3.919
Imobilizado	16	59.814	58.684
Intangível		26	38
Total do Ativo Não Circulante		59.839	58.722
Total do Ativo Não Circulante		62.585	62.640
TOTAL DO ATIVO		97.064	90.046

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	17	5.884	4.578
Obrigações sociais e trabalhistas	18	881	1.026
Encargos de dívidas		12	6
Tributos	19	2.375	2.220
Provisão para litígios trabalhistas		10	10
Dividendos e juros sobre o capital próprio		353	201
Empréstimos e financiamentos	20	561	661
Obrigações estimadas com pessoal	18	608	602
Encargos setoriais	21	3.148	3.009
Passivos financeiros setoriais	22	5.932	1.302
Outros passivos circulantes		437	375
Total do Passivo Circulante		20.201	13.992
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	20	1.304	927
Provisão para litígios fiscais	24	9.902	9.902
Outros passivos financeiros setoriais	23	963	703,57
Incentivos fiscais	25	118	118
Outros passivos não circulantes		6	7
Obrigações vinculadas a concessão do serviço público	26	18.247	19.023
Total do Passivo Não Circulante		30.540	30.681
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	23.381	23.381
Reservas de capital	27	6.956	6.885
Reservas de lucros	27	11.206	10.032
Reservas de reavaliação	27	4.779	5.075
Total do Patrimônio Líquido		46.322	45.372
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		97.064	90.046

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO DOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

	Nota	2020	2019
RECEITA			
Fornecimento de energia elétrica	33	50.648	57.017
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		38.646	37.879
Serviços cobráveis	33	150	163
Ativos e passivos financeiros setoriais	33	2.779	2.291
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		814	564
Outras receitas	33	5.387	4.916
		98.422	102.830
TRIBUTOS			
ICMS		(24.078)	(25.587)
PIS		(623)	(1.135)
COFINS		(2.870)	(5.270)
ISS		(24)	(13)
		(27.596)	(32.006)
Encargos Setoriais - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	34	(288)	(292)
Programa de eficiência energética - PEE	34	(288)	(292)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	34	(6.718)	(7.471)
Taxa de fiscalização de serviços de energia	34	(102)	(99)
Outros encargos	34	(542)	(1.735)
		(7.938)	(9.889)
RECEITA LÍQUIDA		62.889	60.936
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	35	(30.329)	(31.394)
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	35	(6.323)	(2.560)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		26.237	26.981
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(9.402)	(9.328)
Material		(1.093)	(1.329)
Serviços de terceiros		(6.187)	(4.960)
Arrendamento e aluguéis		(25)	(24)
Seguros		(95)	(116)
Provisões		-	(10)
Ganhos (Perdas) na Alienação de Bens e Direitos		-	-
(-) Recuperação de despesas		273	242
Tributos		(190)	(103)
Depreciação e amortização		(2.455)	(2.398)
Gastos diversos	36	(869)	(828)
Outras receitas operacionais		47	23
Outras despesas operacionais		(231)	(175)
		(20.228)	(19.006)
RESULTADO DA ATIVIDADE		6.009	7.975
Resultado Financeiro			
Despesas financeiras	38	1.600	(867)
Receitas financeiras	38	(722)	1.730
		879	863
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		6.887	8.838
Despesa com Impostos sobre o Lucro			
Contribuição social	31	(709)	(888)
Imposto de renda	31	(1.945)	(2.429)
Resultado antes das participações			
Participações	32	(211)	(283)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.022	5.239
LUCRO POR AÇÃO ORIGINADO DAS OPERAÇÕES - R\$		1,2334	1,6066
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atividades Operacionais		
Recebimentos de consumidores	94.250	100.733
Recebimento uso mútuo postes	253	301
Recebimento CCEE/repasses CDE	4.498	4.443
Repasse conta COVID	5.580	-
Outros ingressos	2.402	1.875
Pagamentos a fornecedores	(6.881)	(5.450)
Pagamentos a pessoal	(10.144)	(9.903)
Pagamentos energia elétrica comprada	(34.831)	(32.619)
Pagamentos outras despesas	(776)	(933)
Caixa gerado pelas operações	54.351	58.447
Juros pagos	(155)	(430)
Tributos	(27.669)	(33.642)
Taxas regulamentares	(8.188)	(9.659)
Recolhimento contribuições do consumidor-CIP	(3.754)	(3.690)
Fluxo de caixa antes item extraordinário	(39.765)	(47.422)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	14.585	11.025
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Compra do ativo imobilizado	(3.829)	(5.181)
Juros recebidos	4	1
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(3.824)	(5.180)
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido por empréstimos e financiamentos	-	205
Amortização de empréstimos e financiamentos	(746)	(2.189)
Dividendos/juros sobre o capital próprio	(2.696)	(1.607)
Caixa líquido consumido nas atividades financeiras	(3.442)	(3.591)
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	7.319	2.254
- Saldo da conta caixa no início do exercício	7.472	5.218
- Saldo da conta caixa no fim do exercício	14.791	7.472
Aumento (diminuição) Líquido na Conta Caixa	7.319	2.254

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019**

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2020	2019
Receitas de vendas de energia e serviços	98.191	102.830
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	0	(10)
Outras receitas (despesas) operacionais	(185)	(175)
	98.006	102.645
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	(36.652)	(33.954)
Materiais e serviço de terceiros	(7.280)	(6.289)
Outros gastos operacionais	(635)	(783)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(44.568)	(41.026)
(=) Valor Adicionado Bruto	53.438	61.619
(-) Depreciação e amortização	(2.455)	(2.398)
(=) Valor Adicionado Líquido Gerado	50.983	59.221
Receitas financeiras	1.600	1.730
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	52.584	60.951
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Empregados e Administração:		
Remunerações	5.682	5.377
Encargos sociais (exceto INSS)	438	427
Auxílio alimentação	1.015	992
Convênio assistencial e outros benefícios	687	657
Participação nos resultados	211	592
	8.033	8.045
GOVERNOS		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	24.078	25.587
PIS/COFINS	3.493	6.406
INSS (sobre folha de pagamento)	1.596	1.565
Imposto de renda e contribuição social	2.654	3.317
Encargos do consumidor	7.938	9.889
Outros impostos, taxas e contribuições	24	13
	39.783	46.776
Juros e variações monetárias	722	867
Aluguéis	25	24
Financiadores	747	890
Dividendos e participações	2.147	1.694
Lucros retidos	1.875	3.545
Acionistas	4.022	5.239
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	52.584	60.951

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
 (valores em milhares de reais)
DMPL - REGULATÓRIA

EVENTOS	Capital Social	Remuneração Capital Próprio	Ágio na Subscrição de Ações	Outras Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas para Investimentos	Reservas de Reavaliação	Recursos para Aumento Capital	Lucros Acumulados	Total
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2018	23.381	762	1.787	4.220	581	5.905	5394	-	-	42.030
Remuneração capital próprio		116								116
Reserva reavaliação ajuste (VNR/VOC)							(319)			(319)
- Lucro líquido do exercício									5.239	5.239
Destinação do Lucro:										
Dividendos propostos									(1.694)	(1.694)
Reserva legal					262				(262)	-
Reserva para investimentos						3.284			(3.284)	-
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2019	23.381	878	1.787	4.220	843	9.189	5.075	-	-	45.372
Remuneração capital próprio		71								71
Reserva reavaliação ajuste (VNR/VOC)							(296)			(296)
Distribuição de lucros							(700)			(700)
- Lucro líquido do exercício									4.022	4.022
Destinação do lucro:										
Dividendos propostos									(2.147)	(2.147)
Reserva legal					201				(201)	-
Reserva para investimentos						1.674			(1.674)	-
SALDO EM 31 DEZEMBRO 2019	23.381	949	1.787	4.220	1.044	10.862	4.079	-	-	46.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REGULATÓRIAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Hidroelétrica São Patrício – CHESP** é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica. Atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sede social da Companhia está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 618, na Cidade de Ceres, Estado de Goiás - CEP 76.300-000. Conforme determinado no Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 9 de novembro de 2015, a Companhia assinou em 9 de dezembro de 2015 o **Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 44/1999-ANEEL**, vencido em 7 de julho de 2015. A Companhia teve prorrogado o prazo para exploração de sua atividade por mais 30 anos, com vencimento para 7 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com a Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, do Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e do Decreto nº 8.461 de 2 de junho de 2015 que estabeleceu as condições para a prorrogação referente aos critérios operacionais e econômico-financeiros. O novo aditivo exigiu da Companhia o atendimento aos seguintes critérios: (i) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado; (ii) eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (iii) racionalidade operacional e econômica; e (iv) modicidade tarifária. O alcance dos referidos indicadores será monitorado pela Agência Reguladora - ANEEL, podendo haver a abertura de processo administrativo na eventualidade de não atingimento das metas. A área de concessão da Companhia contempla os municípios de: Carmo do Rio Verde, Ceres, Ipiranga de Goiás, Jaraguá (parte, conforme Resolução ANEEL Nº049/1999), Nova Glória, Rialma, Rianópolis, Santa Isabel, São Patrício e Uruana, todos pertencentes a micro região denominada Vale do São Patrício, no Médio Norte Goiano, e que conta com uma população de cerca de 80 mil habitantes.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota 3. Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e em quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Adicionalmente, a Companhia apresenta os demonstrativos contábeis com acréscimos de informações e notas explicativas que permitem uma melhor análise, corroborando, assim, com o intuito das Normas Setoriais, no que se refere à transparência e clareza das informações.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.chesp.com.br a partir de 27 de abril de 2021.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela administração em 22/03/2021.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas pelo saldo de caixa, depósitos em banco e aplicações financeiras de curto prazo. O saldo de aplicações financeiras está demonstrado pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e não faturado até a data do balanço, líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD, contabilizadas com base no regime de competência, e incluem os impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Constituída em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na realização das contas a receber (Nota 5).

d) Almoxarifado Operacional

Representam os materiais e os equipamentos em estoque (almoxarifado de manutenção e administrativo) classificados no ativo circulante, registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo os custos de reposição ou valores de realização.

e) Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica

Receita de venda de energia: reconhecida pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

Receita não faturada: correspondente a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia é consumida.

f) Despesas pagas antecipadamente

Estão representadas por valores relativos a prêmio de seguros.

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, corrigidos monetariamente até 31/12/1995, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro e Unidade de Adição e Retirada – UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta Resolução.

h) Redução ao Valor Recuperável

Os ativos imobilizados intangíveis de vida útil definida e diferidos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i) Empréstimos e Financiamentos

As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, representadas pelo valor principal da dívida, acrescidas de juros e encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do balanço.

j) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a média proporcional do consumo do último período de medição. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

k) Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis. Dentre elas principalmente o registro de fornecimento de energia elétrica não faturada e respectivas contas a receber e provisão para crédito de liquidação duvidosa. As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis pelas circunstâncias.

I) Outros Direitos e Obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Componente	2020	2019
Aplicações no mercado aberto	11.882	3.933
Contas bancárias à vista	2.306	2.873
Numerário em trânsito e caixa	603	666
Total	14.791	7.472

Contas Bancárias à Vista, Numerário em Trânsito e Caixa: as disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

Aplicações no Mercado Aberto: estão apresentadas basicamente por saldos mantidos em aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando essa última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTA 5 – CONSUMIDORES

5.1 – Desempenho operacional

Em 31 de dezembro 2020 foram totalizadas 38.175 unidades consumidoras faturadas, número 2,0% superior ao de 2019 conforme demonstrado a seguir:

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020
Residencial	27.532	27.949	28.336	29.739	29.541
Comercial	3.026	3.047	3.104	3.194	3.297
Industrial	89	84	82	73	70
Rural	4.500	4.611	4.709	3.851	4.692
Poderes Públicos	421	451	447	453	468
Iluminação Pública	31	31	33	31	31
Serviço Público	66	66	69	65	65
Consumo próprio	11	11	11	11	11
Total	35.676	36.250	36.791	37.417	38.175
Variação	2,06%	1,61%	1,49%	1,70%	2,02%

Em dez/19 a CHESP faturou 1.130 consumidores da classe rural como consumidor residencial em função do não recadastramento pôr parte do consumidor da revisão cadastral nos termos do Art. 53-X da Resolução Normativa nº 414 de 2010. Em 05/02/2020, foi revertido 1.124 unidades consumidoras às suas classes de origem, conforme solicitado por meio do Ofício Circular 004/2020-SRD/ANEEL.

Mercado atendido	2016	2017	2018	2019	2020
Fornecimento - MWh	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Residencial	43.324	45.078	46.220	49.065	52.251
Comercial	20.447	21.289	22.060	23.510	23.418
Industrial	13.440	14.183	16.212	15.871	11.501
Rural	18.208	16.820	18.171	19.736	21.287
Poderes públicos	5.618	5.851	5.892	6.037	4.627
Iluminação pública	9.518	8.895	7.499	5.771	5.327
Serviço público	4.662	4.583	4.578	4.642	4.962
Consumo próprio	224	207	192	197	186
Total – Mercado cativo	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Variação	0,96%	1,27%	3,35%	3,31%	-1,02%
Clientes livres	-	-	-	2.248	6.867

A CHESP registrou uma redução da ordem de -1,02% em seu mercado consumidor, fornecendo 123.559 MWh de energia elétrica em 2020 (124.829 MWh em 2019). A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação:

Balço Energético – Energia requerida - MWh	2016	2017	2018	2019	2020
Venda de energia	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Fornecimento	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Mercado atendido	115.441	116.906	120.824	124.829	123.559
Perdas na distribuição	15.997	16.896	14.760	16.214	12.986
Perdas técnicas	14.961	12.956	13.130	13.817	12.986
Perdas não técnicas-PNT	1.036	3.939	1.640	2.396	0
PNT/Energia requerida - %	0,79%	2,94%	1,21%	1,70%	0%
Perdas totais - PT	15.997	16.896	14.769	16.214	12.986
PT/Energia requerida %	12,17%	12,63%	10,89%	11,50%	9,51%
Total	131.438	133.803	135.594	141.043	136.545

Consumidores - circulante

Fornecimento	2020	2019
Faturado	6.609	5.832
Não faturado	2.983	3.739
Parcelamentos a receber	1.312	1.550
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(23)	(1)
Serviços cobráveis	34	30
Juros e multas s/faturas a receber	144	139
Outros créditos/débitos	192	214
Total	11.251	11.503

Consumidores – contas a receber

Classe de consumo	Valores Correntes			Renegociados		Total	
	Vincendos	Vencidos	PCLD	A receber	PCLD	2020	2019
Residencial	448	2.120	(88)	138	(7)	2.611	2.404
Residencial baixa renda	20	132	(1)	9		160	114
Industrial	642	394	(56)	72		1.052	509
Comércio e serviços	538	693	(6)	77	(8)	1.294	1.168
Rural	256	503	(8)	33		784	523
Poder público	235	373	(1)	746		1.353	2.006
Iluminação pública	98	141	-	252		491	823
Serviço público	209	-	-	-		209	-
Subtotal	2.446	4.356	(160)	1.327	(15)	7.954	7.547
Fornecimento não faturado	2.983	-	-	-		2.983	3.739
Serviço taxado/diversos	91	245	-	-		336	222
Compensação financeira DIC/FIC/DMIC	(8)	(14)	-	-		(22)	(5)
Total	5.512	4.587	(160)	1.327	(15)	11.251	11.503

Os valores correntes de fornecimento faturado possuem a seguinte abertura:

Consumidor – Classe	A vencer até 60 dias	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas acima de 360 dias	Renegociados	PCLD	Total	
	Faturado							2020	2019
Residencial	448	1.950	22	37	111	138	(95)	2.611	2.404
Residencial Baixa Renda	20	120	5	4	3	9	(1)	160	114
Industrial	642	49	1	284	60	72	(56)	1.052	509
Comércio e serviços	538	535	13	47	98	77	(14)	1.294	1.168
Rural	256	473	1	2	27	33	(8)	784	523
Poder Público	235	28	-	-	345	746	(1)	1.353	2.006
Iluminação Pública	98	9	-	-	133	251	-	491	823
Serviço Público	209	-	-	-	-	-	-	209	-
Serviço Taxado/Diversos	91	178	2	21	44	-	-	336	222
Compensação DIC/FIC/DMIC	(8)	(11)	-	(2)	(2)	-	-	(22)	(5)
Total	2.529	3.331	44	393	819	1.327	(175)	8.268	7.764

a - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída de acordo com critérios constantes do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumida:

- . Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- . Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- . Consumidores industriais, rurais, e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A administração entende que a provisão constituída é adequada para fazer frente às prováveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Componentes	2020	2019
Encargos de uso da rede elétrica	26	10
Outros créditos – reembolso gastos operacionais	45	35
Total	71	45

NOTA 7 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

Componentes	2020	2019
Depósitos judiciais trabalhistas	10	10
Capitalização em custódia contrato ONS - RB	1.025	-
Total	1.035	10

NOTA 8 – ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/19	Adição	Amortização	Saldo 31/12/20	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Ativa	3.282	13.848	(15.991)	1.139	(351)	1.490	1.139
CVA – Energia	2.931	7.647	(10.818)	(240)	(995)	755	(240)
Risco Hidrológico 2019 – em amortização	2.411	-	(2.411)	-	-	-	-
CVA energia comprada	520	5.678	(2.288)	3.910	3.155	755	3.910
(-) CVA Diferida COVID - energia	-	129	(4.496)	(4.367)	(4.367)	-	(4.367)
Compra de energia em amortização	-	1.840	(1.623)	217	217	-	217
CVA – PROINFA em amortização	-	64	(69)	(5)	(5)	-	(5)
CVA – Transporte energia rede básica	-	2.489	(1.579)	910	382	528	910
CVA – Energia rede básica	-	2.240	(317)	1.923	1.395	528	1.923
Rede básica em amortização	-	94	(25)	69	69	-	69
(-) CVA Diferida COVID - rede básica	-	155	(1.237)	(1.082)	(1.082)	-	(1.082)
CVA – Transporte energia rede Itaipu	-	191	(154)	37	(2)	39	37
CVA – Energia transporte Itaipu	-	144	(12)	132	93	39	132
Transporte Itaipu em amortização	-	38	(32)	6	6	-	6
(-) CVA Diferida COVID – Transp. Itaipu	-	9	(110)	(101)	(101)	-	(101)
CVA - CDE	316	1.950	(1.813)	453	379	74	453
CVA – CDE uso	57	1.138	(67)	1.128	1.054	74	1.128
C D E - em amortização	259	127	(383)	3	3	-	3
(-) CVA Diferida COVID - CDE	-	685	(1.363)	(678)	(678)	-	(678)
Outros – desconto TUSD cons. livre	35	1.507	(1.558)	(16)	(110)	94	(16)
Demais Ativos Financeiros Setoriais	385	4.355	(4.307)	433	-	433	433
CDE descontos tarifários	289	3.541	(3.504)	326	-	326	326

Diferença mensal de receita Baixa Renda	96	814	(803)	107	-	107	107
Total	3.667	18.203	(20.298)	1.572	(351)	1.923	1.572

Conta-Covid, a Companhia recebeu nos meses de julho a dezembro de 2020 o montante de R\$ 5,58 milhões referente a Conta-Covid, correspondente a antecipação dos componentes financeiros relativos a CVA em constituição e Neutralidade de Encargos Setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários. Os montantes recebidos da Conta-Covid estão sendo atualizados pela taxa Selic.

NOTA 9 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS s/Compras para ativo fixo a recuperar em até 48 parcelas	458	555	413	515
ICMS s/Demanda e Baixa renda a recuperar	448	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	68	-	54	-
Total	974	555	467	515

NOTA 10 – PARCELAMENTOS COM ORGÃOS PÚBLICOS

Orgão	Amortização	2020		2019	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura Municipal de Carmo Rio Verde – Parcelamento/16	12/16 a 03/21	420	-	548	38
Prefeitura Municipal de Rialma – Parcelamento 2016	12/16 a 11/21	181	-	198	165
Prefeitura Municipal de Nova Glória reparcelamento 2020	02/20 a 05/22	317	83	516	-
Total		918	83	1.453	1.372

Prefeitura de Carmo Rio Verde – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica vencidos no período de abril de 2016 e janeiro de 2017;

Prefeitura de Rialma – Parcelamento 2016

- Termo de acordo firmado entre CHESP e Prefeitura, homologado judicialmente por meio do Processo 201602998293, comarca de Rialma-GO, corresponde a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de maio de 2015 a julho de 2016;

Prefeitura de Nova Glória

- Reparcelamento autorizado pela Lei municipal nº 812 de 18 de fevereiro de 2020, correspondente a débitos de fornecimento de energia elétrica para prédios públicos, iluminação pública e Secretária municipal de saúde vencidas no período de agosto a outubro de 2016;

NOTA 11 – PARCELAMENTO COM CONSUMIDORES

Tributos	Amortização	2020		2019	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Parcelamento processo 201502005918	07/18 a 10/23	252	350	160	442

Termo de acordo de parcelamento firmado entre CHESP e consumidor em liquidação judicial referente a faturas de energia elétrica vencidas nos meses de abril e maio de 2015, Processo 201502005918 Juízo da Primeira Vara Civil de Goiânia.

NOTA 12 – SERVIÇOS EM CURSO

Componentes	2020	2019
- Serviço Próprio	2.341	1.713
ODS Serviço Próprio	69	55
ODS Aplicação de Recursos Plano Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento	2.272	1.658
ODS - Serviço Terceiros	1	3
- Total	2.342	1.716

Estão representados pelos seus custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo imobilizado ou para custos dos serviços prestados a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços.

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Componentes	2020	2019
Adiantamento a empregados/fornecedores	87	116
Partes relacionadas	26	109
Fornecedores Proinfra/adiantamento	97	76
Prefeituras Municipais	30	25
Fatura aluguel de postes	357	38
Alienação/Desativação em curso	-	77
Outros	58	36
Total	655	477

NOTA 14 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Despesas	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prêmios e Seguros	96	-	79	-
Fornecedores	1	-	1	-
Total	97	-	80	-

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

Valores a receber de acionistas pela transferência do estudo e projeto do aproveitamento de geração do rio do Peixe, denominado Columbí.

NOTA 16 – IMOBILIZADO

	2020	2019
Imobilizado em Serviço	39.914	37.477
Imobilizado em Curso	5.908	5.917
Ajuste Diferença (VNR/VOC)	13.992	15.290
Total	59.814	58.684

ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	Taxa Média %	2020	2019
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico	3,64%	68.955	64.611
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		40.068	40.814
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico	4,06%	844	837
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		1.315	1.315
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO	3,64%	111.182	107.577
- Custo Histórico		69.799	65.448
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		41.383	42.129
(-) DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			
DISTRIBUIÇÃO			
- Custo Histórico		(29.232)	(27.354)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(26.389)	(25.848)
ADMINISTRAÇÃO			
- Custo Histórico		(652)	(618)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(1.003)	(991)
TOTAL DA DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO		(57.276)	(54.811)
- Custo Histórico		(29.884)	(27.972)
- Ajuste Diferença (VNR/VOC)		(27.392)	(26.839)
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇO		(57.276)	52.767
IMOBILIZADO EM CURSO			
- Distribuição		5.908	5.917
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO EM CURSO		5.908	5.917
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		59.814	58.684

Avaliação Patrimonial

A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Imobilizado em Curso – Distribuição – refere-se essencialmente a investimentos em ampliação e reformas de redes de distribuição e subestações nos municípios atendidos pela Companhia.

As principais taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à **Resolução nº. 674 de 11 de agosto** de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador, são as seguintes:

Ativo imobilizado em serviço	Taxas anuais %
Banco de capacitores	5,00 e 6,67
Chaves	3,33 e 6,67
Condutor	2,70 e 3,57
Edificação outras	3,33
Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de informática	16,67
Estrutura torre	2,70
Estrutura poste	3,57
Regulador de tensão	3,45 e 4,35
Transformador de distribuição	4,00

Medidores	4,00 e 7,69
Veículos	14,29

Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em função do disposto na Instrução Contábil - IC nº 6.3.6, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Vinculação do Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para efeitos de apresentação as demonstrações financeiras os bens vinculados estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 17 – FORNECEDORES

Fornecedores	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fornecedor de energia elétrica	3.813	-	3.926	-
Encargos de uso da rede elétrica	698	-		
Materiais e serviços	1.373	-	652	-
Total	5.884	-	4.578	-

NOTA 18 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Componentes	2020	2019
Folha de pagamento líquida	327	296
Tributos retidos na fonte	129	126
Participações nos lucros e resultados	423	606
Outras	3	2
Total	882	1.030

Obrigações estimadas com pessoal

Componentes	2020	2019
Provisão de férias e encargos sociais	608	602
- Total	608	602

NOTA 19 – TRIBUTOS

Impostos/Contribuições	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	1.353	-	1.172	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	344	-	453	-
INSS	171	-	163	-
PIS/COFINS	407	-	332	-
Outros	98	-	100	-
Total	2.373	-	2.220	-

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

CREDORES		2020			2019		
Operação	Juros % aa/am	Encargos de Dívidas	Principal		Encargos de Dívidas	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BBD/FINAME TRAF0 25MVA Contr: 6026904	4,5aa	5	167	432	4	167	599
BBD/FINAME Religador Automat Contr: 6039826		1	52	126	-	39	182
BB CCB 045809011	3,924aa	-	-	-	1	214	-
BBD/FINANC TRAF0 FORÇA 10 MVA Contr. 6060995		2	66	215	-	-	-
BBD/CCB RELIGADOR AUT TRIF: Contr.6070707		2	31	154	-	-	-
CCB-BBD Financ.CamVW 17230- Contr:2909477187		-	55	198	-	-	-
BBD/FINAME REGULADOR TENSÃO Contr: 6055798		1	30	91	-	-	-
Eletróbrás-Contr.ECF0321/2011	5,0aa	-	24	47	-	24	71
Eletróbrás-Contr.ECF262/2009	5,0 aa	-	25	-	-	31	25
Eletróbrás-Contr.ECFS205/2007	5,0 aa	-	-	-	-	26	-
CCB-Bradesco Financ.Veículo 3050646-8 - Cam Volvo	12,0aa	-	-	-	-	14	-
BB-GIRO/EMPRESA-Contrato 045809454 Veículo Amarok	11,4aa	-	13	-	-	51	13
BB-GIRO/EMPRESA-Contrato 045809454- Veículo Amarok	11,4a a	-	30	-	-	51	30
Financiamento Cartão BNDES	12,6aa	1	60	40	-	16	-
BCO VW AMAROK NF449015	24,56aa	-	-	-	-	6	-
Banco VW Contr.39989811 AMAROK	16,49aa		8	-	1	22	7
Total		12	561	1.303	6	661	927

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Componente	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Valor da amortização anual	468	427	304	85	19	-	1.303
INDEXADOR			TJLP		RGR	Outros	T O T A L
%			78,6		5,1	16,3	100

Operação	Aplicação	Encargos	Atualização	Período Amortização	R\$ Mil
BBD/FINAME-Contr:6026904 Trafo 25MVA	Linhas e Redes - Subestação	4,5%aa	TJLP	02//2019 A 07/2024	599
Bradesco-Contr. 6070707	Transformador de Força 10 MVA	6,15%aa	TJLP	11/2020 a 04/2025	281
Bradesco-Contr. 2909477187	Caminhão VW 17230	11,27aa	Outros	08/2020 a 07/2025	253
Bradesco-Contr. 6060995	Trafo de Força de 10MVA/SE	5,15%aa	TJLP	02/2021 a 07/2026	185
Bradesco-Contr. 6039826	Religador Automático/SE	4,42%aa	TJLP	04/2020 a 06/2024	178
Bradesco-Contr. 6055798	Regulador de Tensão/SE	11,42%aa	TJLP	04/2017 a 01/2025	121
Eletróbrás-ECFS-0321/2011	Programa Luz para Todos	5,0%aa	RGR	01/2014 a 12/2023	71
BB-GIRO-Contr045809454	Financiamento veículo	11,4aa	Outros	08/2019 a 07/2021	30
Eletróbrás-ECF262/2009	Programa Reluz	5,0%aa	RGR	06/2011 a 08/2021	26
BB-GIRO-Contr045809454	Financiamento veículo	11,4aa	Outros	04/2019 a 03/2021	13
BCO VW AMAROK 39989811	Financiamento veículo	16,49%aa	Outros	05/2018 a 04/2021	7

Mutações de Empréstimos e Financiamentos	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2018	1.166	1.206
Ingressos/Capitalizações	194	302
Amortização	(1.293)	-
Transferências	594	(581)
Saldo em 31/12/2019	661	927
Ingressos/Capitalizações	217	805
Amortização	(754)	-
Transferências	437	(429)
Saldo em 31/12/2020	561	1.303

Ingressos/Capitalizações: referem-se a financiamento de máquinas e equipamentos e veículos adquiridos em 2020 (R\$ mil 1.024)

NOTA 21 – ENCARGOS SETORIAIS

Encargos	2020	2019
Taxa de Fiscalização	9	9
Pesquisa e Desenvolvimento	795	671
FNDCT	21	20
MME	11	10
Recursos a aplicar	763	641
Programa de Eficiência Energética	1.928	1.752
PROCEL	55	118
Recursos a aplicar Recursos a aplicar	1.873	1.634
Bandeira Tarifária	416	577
Total	3.148	3.009

PEE e P&D: A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008. Está registrado em 31/12/20 como serviço em curso o valor de R\$ 2.272 mil referente a aplicação de recursos de PEE e P&D cujas ordens em curso ainda não foram encerradas.

NOTA 22 – PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Componentes	Saldo 31/12/19	Adição	Amortização	Saldo 31/12/20	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante
CVA - Passiva	472	1.167	(762)	877	(1.123)	2.000	877
CVA – PROINFA	14	225	(149)	90	(56)	146	90
CVA – Proinfa constituição	14	132	-	146	-	146	146
(-) CVA Diferida COVID - PROINFA	-	93	(149)	(56)	(56)	-	(56)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS		929	(574)	355	(1.067)	1.422	355
ESS/EER		1.540	(118)	1.422	-	1.422	1.422
ESS EER em amortização		565	(469)	96	96		96
(-) CVA Diferida COVID - ESS / EER		(1.176)	13	(1.163)	(1.163)	-	(1.163)
CVA - CDE	458	13	(39)	432	-	432	432
Demais Passivos Financeiros Setoriais	830	4.368	(143)	5.055	1.507	3.548	5.055
Bandeira tarifária	821	820	(137)	1.504	1.504	-	1.504
Neutralidade encargos setoriais	-	36	-	36		36	36
Tributos compensado 2020		3.512	-	3.512		3.512	3.512
Outros Financeiros RTA/2019	9	-	(6)	3	3		3
Total	1.302	5.442	(812)	5.914	384	5.548	5.932

NOTA 23 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Componente	2020	2019
	Não circulante	Não circulante
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	963	704

São valores faturados de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos e que na próxima revisão tarifária contribuirão com a modicidade tarifária.

NOTA 24 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS FISCAIS

Fiscais: PIS/COFINS - Refere-se à retenção com base em decisão liminar com mandado de segurança em Ação Judicial junto a Vara da Justiça Federal em Anápolis-GO, Processo: 1000013-59.2015.4.01.3502, cujo objeto é afastar a cobrança do PIS/COFINS sobre ICMS faturado nas contas de energia. Créditos de processo judicial transitado em julgado, já homologado pelo Despacho Decisório nº 7/2020-SAORT/DRF-ANÁPOLIS/GO, **Crédito Habilitado nos termos do Despacho Decisório acima mencionado;**

NOTA 25 - INCENTIVOS FISCAIS

São incentivos oferecidos pelo Governo de Goiás por meio da Lei nº 13.591 de 18 de janeiro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.265 de 31 de julho de 2000. Com o objetivo específico de contribuir para a expansão da atividade de geração de energia elétrica na PCH São Patrício. O saldo desse incentivo está assim constituído:

Componentes	2020	2019
Incentivos apurados no período de Out/11 a Set/12	98	98
Incentivos apurados no período de Out/12 a Dez/12	20	20
Saldo de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro	118	118

A companhia recolheu, a título de antecipação do Projeto Produzir, 10% sobre o saldo financiado pelo Governo estadual. De acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, os valores realizados por ocasião desse tipo de incentivo, devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício da Companhia.

NOTA 26 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (não remuneradas)

Representam as contribuições da União, do Estado, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica anulando os efeitos no resultado contábil, conforme determina o Despacho nº 3.073/2006 e Resolução Normativa ANEEL nº 234 de 31 de dezembro de 2006. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de Geração, Transmissão e Distribuição, e sua quitação ocorrerá ao final da concessão.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	31.12.20	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço			26.749	-	-	26.749
Participação da União, Estados e Municípios			1.072	-	-	1.072
Participação Financeira do Consumidor			22.239	-	-	22.239
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE			-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento			-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			3.438	-	-	3.438
Outros			-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda			-	-	-	-
Excedente de reativos			-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias			-	-	-	-
Outros			-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS			- 8.523	-	-	- 8.523
Participação da União, Estados e Municípios			- 572	-	-	- 572
Participação Financeira do Consumidor			- 6.293	-	-	- 6.293
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE			-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento			-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			- 1.658	-	-	- 1.658
Total			18.226	-	-	18.226

Obrigações	2020	2019
Em serviço	18.226	18.972
Em curso	21	50
Total	18.247	19.022

A Resolução ANEEL nº 223 de 29 de abril de 2003, que estabelece as condições gerais para elaboração do Plano de Universalização de Energia Elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, e regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438 de 26 de junho de 2002, atribui estas responsabilidades às concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tal fato já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores acima citados.

NOTA 27 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	2020			2019		
	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital Social	Quantidade de ações	Valor da ação - R\$	Capital social
Ações ordinárias	3.260.982	7,17	23.381	3.260.982	7,17	23.381
Total	3.260.982	-	23.381	3.260.982	-	23.381

Em 31 de dezembro de 2020 o valor patrimonial de cada ação (PL/Quantidade de Ações) é de R\$ 14,20 (2019 – R\$ 13,91).

Reservas de Capital	2020	2019
Ágio na subscrição de ações	1.787	1.787
Remunerações sobre o capital próprio	949	878
Reserva de Incentivos Fiscais	4.220	4.220
Total	6.956	6.885

PASSIVO
Passivo circulante

Fornecedores	5.884	-	5.884	4.578	-	4.578
Obrigações sociais e trabalhistas	881	-	881	1.026	-	1.026
Encargos de dívidas	12	-	12	6	-	6
Tributos	2.375	-	2.375	2.220	-	2.220
Provisão para litígios trabalhistas	10	-	10	10	-	10
Dividendos e juros sobre o capital próprio	353	-	353	201	-	201
Empréstimos e financiamentos	561	-	561	661	-	661
Obrigações estimadas com pessoal	608	-	608	602	-	602
Encargos setoriais	3.148	-	3.148	3.009	-	3.009
Passivos regulatórios	5.932	-	5.932	1.302	-	1.302
Outros passivos circulantes	437	-	437	375	-	375
Total do passivo circulante	20.201	-	20.201	13.992	-	13.992

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos	1.304	-	1.304	927	-	927
Provisão para litígios fiscais	9.902	-	9.902	9.902	-	9.902
Passivos financeiros setoriais	963	-	963	704	-	704
Incentivos fiscais	118	-	118	118	-	118
Outros Passivos Não Circulantes	6	-	6	7	-	7
Obrigações vinc a concessão do serviço público	26	18.247	-	19.023	-	19.023
Capital social		23.381	-	23.381	-	23.381
Reservas de capital		6.956	-	6.885	-	6.885
Reservas de lucros		11.206	69	11.275	364	10.396
Reservas de reavaliação	27	4.779	-	5.075	-	5.075
Adiantamento para aumento capital social		-	-	-	-	-
Total do passivo não circulante		76.863	-	22.957	53.906	76.054
						52.320

Total do passivo	97.064	-	22.957	74.107	90.046	-	23.733	66.313
-------------------------	---------------	----------	---------------	---------------	---------------	----------	---------------	---------------

NOTA 29 – PARTES RELACIONADAS

Serviços	2020		2019	
	Passivo	Faturado	Passivo	Faturado
Serviços de manutenção e conservação no sistema elétrico resultado	83	1.540	127	1.762
Serviços prestados em Ordens de Imobilizações – ODI's - investimentos	85	952	54	1.047
Serviços prestados em Ordens de Desativações – ODD's - baixas	8	103	3	117
Serviços prestados em Ordens de Serviço – ODS's - resultado	10	167	12	278
TOTAL	186	2.762	196	3.204

As transações com partes relacionadas compreendem valores pagos e a pagar à empresa Engenharia São Patrício Ltda – ENGESP, pelos serviços contratados pela Companhia e referem-se a serviços em recuperação de redes de distribuição e subestações rurais, serviços em linha viva em redes de distribuição urbanas, serviços em construções de redes de distribuição urbanas e rurais, serviços em redes de sub transmissão alta tensão – AT em 69kV, serviços de limpeza de faixa de redes rurais e poda de arvores urbanas, leitura de medidores em unidades consumidoras rurais, serviços gerais de limpeza e conservação em prédios e operação remota de subestações de distribuição, com preços e condições semelhantes ou menores do que os praticados usualmente pelo mercado, contrato anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 951 de 04 de abril de 2017, assim registrados:

Passivo: refere-se a valores a pagar à ENGESP em 31 de dezembro de 2020.

Faturado: refere-se a faturamento bruto contabilizado em contas de resultado, investimentos e baixas

NOTA 30 – DIVIDENDOS/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos

Componentes	2020	2019
Lucro líquido do exercício	4.022	5.239
(-) Constituição de reserva legal	(201)	(262)
Lucro líquido ajustado	3.821	4.977
Dividendos propostos	955	1.244
(-) Dividendos intermediários	(2.147)	(1.694)

NOTA 31 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia optou pela tributação pelo Lucro Real no ano de 2020, calculando a provisão para o Imposto de Renda à alíquota de 15% sobre o Lucro Tributável, acrescido do adicional

específico de 10% sobre o valor que excedeu a R\$ 240 mil. A provisão para Contribuição Social foi constituída a alíquota de 9% do Lucro Líquido ajustado antes do Imposto de Renda, conforme legislação específica da Receita Federal.

NOTA 32 – PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 211 mil para empregados a título de Participação nos Lucros – PL e R\$ 211 mil para diretores (PPR-2019 - R\$ 320 mil e R\$ 283 mil respectivamente).

NOTA 33 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

FORNECIMENTO FATURADO	Nº de Consumidores em 31.12		MWh		Receita	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
CLASSE						
Residencial	29.541	29.739	52.250	49.065	43.183	43.160
Industrial	70	73	11.501	15.871	8.442	10.575
Comércio e serviços	3.297	3.194	23.418	23.510	18.840	20.274
Rural	4.692	3.851	21.287	19.736	10.532	9.748
Poder Público	468	453	4.627	6.037	3.616	4.831
Iluminação Pública	31	31	5.327	5.771	2.456	2.862
Serviço Público	65	65	4.962	4.642	2.924	2.906
Consumo Próprio	11	11	187	197	-	-
(=) Fornecimento faturado	38.175	37.417	123.559	124.829	89.993	94.356
Fornecimento Não Faturado					(756)	554
Devolução Consumo Faturado a Maior						
Fornecimento de energia elétrica	38.175	37.417	123.559	124.829	89.237	94.910
Descontos Tarifários e Equilíbrio da Redução Tarifária – aportes CDE					3.541	3.988
Subsidio Baixa Renda					814	564
Encargos de conexão de agentes de geração					315	306
Renda da prestação de serviço					379	408
Serviço taxado					150	163
Arrendamento e aluguéis					750	393
CVA ativa/passiva e demais passivos regulatórios					2.778	2.291
Fornecimento diferimento ou devoluções					(260)	(320)
Outras receitas					486	127
Outras receitas operacionais					8.953	7.920
Total da receita operacional bruta						102.830
Deduções da receita operacional						
ICMS					(24.078)	(25.587)
PIS					(623)	(1.135)
COFINS					(2.870)	(5.270)
ISS					(24)	(13)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(6.718)	(7.471)
Programa de P&D e eficiência energética					(575)	(584)
Bandeira tarifária					(542)	(1.735)
Taxa de fiscalização					(102)	(99)
Total deduções da receita operacional					(35.532)	(41.894)
Receita operacional líquida					62.658	60.936

*redução de mercado de -1,02% no ano

Aportes CDE - As subvenções recebidas via aporte CDE, referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato às distribuidoras.

NOTA 34 – ENCARGOS SETORIAIS

Componentes	2020	2019
Conta de desenvolvimento energético – CDE	6.718	7.471
Taxa de fiscalização – ANEEL	102	99
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	575	584
Proinfa	907	1.078

Bandeira tarifária	542	1.735
Total	8.844	10.967

NOTA 35 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A partir de 01/08/2017 a CHESP deixou de ser suprida pela Companhia Energética de Goiás - CELG-D e passou a comprar energia da COPEL Geração e Transmissão S/A. Como consequência de estar operando diretamente no mercado, passou a receber de forma direta a energia compulsória das seguintes fontes: Itaipu, Eletronuclear, Cotas de Garantias Físicas. Por questões contratuais a COPEL fornece a energia complementar para propiciar o atendimento a totalidade do mercado da CHESP.

Componentes	MWh		Reais mil	
	2020	2019	2020	2019
CELG Distribuição S/A – CUSD/TUSD	-	-	2	3.645
COPEL Geração e Transmissão S/A	71.899	80.250	11.455	12.257
Cotas de Garantias Físicas / Recontabilização	33.848	33.197	6.857	7.154
Eletrobrás – Cotas demanda Itaipu	25.310	23.756	8.634	6.000
Eletronuclear – Cotas de energia nuclear - Angra	4.732	4.462	1.314	1.038
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.921	2.952	907	1.078
CCEAR-C	185	-	43	
Encargos de conexão, transmissão e distribuição	-	-	6.323	2.560
Energia microgeração	-	-	1.117	222
Total	138.895	144.617	36.652	33.954

NOTA 36 – GASTOS DIVERSOS

Componentes	2020	2019
Taxa arrecadação	248	226
Penalidades contratuais e regulatórias AI e DIC/FIC/DMIC	109	91
Tributos	179	-
Mensalidades associativas	18	18
Custeio conselho de consumidores	19	38
Consumo próprio energia elétrica	161	179
Indenizações por perdas e danos	18	185
Outras	117	91
Total	869	828

NOTA 37 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Componentes	2020	2019
Ganhos na alienação de bens e direitos	47	22
Perdas na desativação de bens e direitos	(232)	(197)
Total	(185)	(175)

NOTA 38 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	2020	2019
Var Monet e Acréscimo moratório energia vendida	1.175	1.167
Renda de aplicação financeira	162	232
Juros de parcelamentos	93	26
Receita financeira de recontabilização - CCEE	-	177
Atualização de ativos regulatórios	2	83
Variação monetária energia Itaipu	186	77
Outras receitas financeiras	60	52
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(78)	(84)
Total	1.600	1.730

Despesas Financeiras	2020	2019
Juros e variação monetária incorporação SE/Rialma	-	379
Variação monetária energia Itaipu	370	136
Encargos carta de fiança	35	-
Encargos das dívidas de curto prazo – juros	1	32

Encargos das dívidas de curto prazo – empréstimos e financiamentos	179	147
Multas sobre impostos e contribuições sociais	63	78
Variação monetária de passivos regulatórios	16	49
Outras despesas financeiras	58	46
Total	722	867
RESULTADO	820	863

Os encargos financeiros, distribuídos por macroatividades, estão apropriados no resultado e parcialmente no imobilizado em curso em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.19 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, os custos dos empréstimos estão sendo apresentados como ativos imobilizados, conforme orientação do Despacho ANEEL nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

NOTA 39 – SEGUROS

A Companhia mantém cobertura da frota de veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros cobertura de danos pessoais e ou materiais incorridos;

Seguradora	Risco	Vigência	Importância Segurada	Prêmio
BB Seguros	Apólice 3897730683731-cobertura compreensiva	28/12/20 a 28/12/21	Tabela FIPE	104

NOTA 40 – ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Reajuste Tarifário Anual – RTA - 2020

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboraram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pelo fator X.

Por meio Resolução Homologatória nº 2.796, de 17 de novembro de 2020, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da CHESP em 6,10% (seis vírgula dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, para o período de 22 de novembro de 2020 a 21 de novembro de 2021.

Reajuste Tarifário de 2020	Encargos Setoriais	Custos de Transmissão	Custos de aquisição de energia	Parcela “B”	Efeitos financeiros processo atual	Efeito retirada financeiros processo anterior	Efeito médio percebidos pelos consumidores
	1,69%	3,28%	5,26%	1,29%	-1,63%	-3,81%	6,10%

Do efeito médio deste processo tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu com 10,24%, enquanto a variação de custos da Parcela B foi responsável por 1,29%, conforme mostrado na tabela acima.

Contribuiu também para redução do efeito financeiro do processo atual, os valores recebidos até outubro da Conta-Covid no valor de R\$ 5,114 milhões, representando -8,28% nestes financeiros.

Eventos Significativos

II) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

No dia 26 de novembro de 2019, a Companhia obteve o trânsito em julgado com decisão favorável em

processo judicial, no qual foi reconhecido o direito de excluir os valores do ICMS próprio da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como de reaver os valores recolhidos anteriormente. Com base nesta decisão, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS e da COFINS da Companhia nos faturamentos realizados a partir do mês de janeiro de 2020.

III) Revisão Tarifária Periódica - RTP

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária da companhia é

novembro de 2021. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

NOTA 41 – BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu novos critérios para classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, conforme Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002. Com a aplicação dos novos critérios, a Companhia apurou a Diferença Mensal de Receita homologada pela ANEEL, conforme demonstrado a seguir:

Diferença mensal de receita													2020	2019
Mês>>	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Total
Reais	48	50	48	125	116	123	47	49	51	51	52	54	814	564

Esses valores foram contabilizados pelo regime de competência. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2020 se apresenta no valor de R\$ 106 (2019 - R\$ 96).

NOTA 42 – OUTROS ASPECTOS REGULATÓRIOS

I) Universalização

A CHESP está totalmente universalizada em sua área urbana e rural e fornece energia a 38.175 unidades consumidoras, sendo 29.541 da classe residencial, 4.692 da classe rural, 3.297 da classe comercial e 645 das demais classes.

II) Programa PROINFA

A Lei 10.438/2002, por meio de seu Artigo 3º, instituiu o Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os custos concernentes à aquisição de energia gerada pelo PROINFA, incorridos pela Eletrobrás, inclusive administrativos, financeiros e tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores, exceto os de baixa renda, cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês. Cabe aos agentes do SIN que comercializam energia para o consumidor final e/ou recolham tarifas de uso do sistema de transmissão - TUST ou distribuição – TUSD, relativos a consumidores livres, o recolhimento à Eletrobrás, para crédito do PROINFA, do valor da cota anual em duodécimos fixados pela ANEEL. Os procedimentos para rateio dos custos desse programa constam no Decreto 5.125/04.

III) Bandeiras Tarifárias

Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - **PRORET**.

No exercício de 2020 a Companhia faturou aos seus consumidores o montante de R\$ 542 mil de Bandeira Tarifária. Deste montante, após homologação pela ANEEL, R\$ 75 mil foram repassados a CCEE, R\$ 192 foram repassados pela CCEE para a CHESP visando cobertura de risco hidrológico, R\$ 820 mil foram considerados no reajuste tarifário de 2020 como **Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”- CVAenergia**, e R\$ 416 mil continuam em aberto registrado no passivo como – encargos setoriais (nota 21);

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO - CHESP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

=====

Maria Cristina de Pina Martin
Presidente

Patrícia de Pina Martin
Conselheira

Raúflin Gonçalves de Souza
Conselheiro

Antônio Luiz de Pina Neto
Conselheiro

Rodolfo de Podestá Martin
Conselheiro

DIRETORIA

=====

Ricardo de Pina Martin
Diretor Presidente

Carolina de Podestá Martin Santana
Diretora Administrativo-Financeira

Raúflin Gonçalves de Souza
Diretor Técnico-Comercial

Vanderlei da Costa
Contabilista CRC/GO Nº007250/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA HIDROELÉTRICA SÃO PATRÍCIO – CHESP

Examinamos as **demonstrações contábeis regulatórias** da Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP, que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio da Resolução Normativa número 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos

auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante. A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o MCSE.

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa dois (2) às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual foi emitido relatório de auditoria independente separado, com data de 19 de março de 2020.

Porto Alegre, 16 de abril de 2020.



Antônio César da Silva
Contador - Mestre em Controladoria
CRC-RS 043890-O-9
CVM AD 17.595 - Registro 12840
www.acscontab.com.br

CPF 167.147.171-72